



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Dar atenção às medidas de benefícios fiscais e à revisão dos regimes jurídicos

Os benefícios fiscais têm sido uma das importantes medidas de apoio à população, adoptadas pelo Governo ao longo de anos, e eu solicitei ao Governo, através de várias interpelações escritas e intervenções, a implementação de mais benefícios fiscais para apoiar a classe sanduíche e as famílias, porém, é lamentável que o limite de isenção do imposto profissional se mantenha em 144 mil, sem se ter ajustado. Devido à epidemia, o Governo aumentou, este ano, a percentagem de devolução do imposto profissional pago em 2018, de 60 para 70 por cento, e o respectivo montante limite, de 14 mil para 20 mil, o que contribuiu para aliviar a pressão económica dalguns residentes. Contudo, o impacto causado pela epidemia na economia local mantém-se e, segundo as previsões do Governo, só em 2023 é que a envergadura do turismo local pode ser recuperada como a registada antes da epidemia. Neste momento, Macau continua a ter como suas indústrias principais o turismo e o jogo. Muitos trabalhadores estão a enfrentar o corte e o congelamento salariais, mas muitas das suas despesas, por exemplo, empréstimos de casa e propinas dos filhos, continuam sem diminuir, portanto, a população espera que o Governo dê continuidade aos benefícios fiscais existentes e implemente mais medidas nesse sentido.

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para este ano, refere-se, em especial, que se vai aperfeiçoar a política tributária, valorizando os efeitos reguladores dos recursos financeiros ao longo do seu processo de realocação, para que a população em geral possa partilhar os frutos do desenvolvimento



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

económico, e que se vai concluir a revisão do “Código Tributário” que se encontra em preparação há quase 20 anos. No que respeita à revisão do “Código Tributário”, é de notar que, no passado, muitas empresas e operadores do sector contabilístico manifestaram que o sistema tributário estava desactualizado, sendo complexos os respectivos procedimentos e formalidades. Durante a epidemia, as medidas de apoio aos empregadores e aos trabalhadores lançadas pelo Governo também suscitaram vários problemas no âmbito da declaração de impostos. Assim sendo, merece a atenção da sociedade a questão dos ajustamentos que vão ser introduzidos nas políticas de benefícios fiscais e na revisão do referido Código.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Não existe, em Macau, legislação fiscal completa e sistemática, e a proposta de lei relativa ao “Código Tributário” chegou a ser submetida à Assembleia Legislativa, mas foi retirada posteriormente. Em 2016, em resposta às questões por mim colocadas em sede desta Assembleia, o Governo afirmou que tal proposta de lei ia entrar no processo legislativo em 2017. Todavia, passaram-se anos, e o “Código Tributário” ainda não foi promulgado. Qual é o rumo a seguir na respectiva produção legislativa? E qual é o ponto da situação dos respectivos trabalhos? A proposta de lei em causa vai ser concluída e submetida ainda este ano à apreciação dessa Assembleia, tal como está previsto?
2. Durante a epidemia, o Governo lançou diversas medidas de apoio aos empregadores e aos trabalhadores, mas, durante esse processo, destacou-se a compreensão insuficiente da sociedade em relação ao regime fiscal, por exemplo, alguns empregadores e trabalhadores por conta própria não efectuaram a declaração de impostos, ou pensaram que não o tinham de fazer por entenderem que os seus rendimentos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

estavam dentro do limite de isenção fiscal, situações que acabaram por afectar a obtenção de apoio. Assim, aquando da elaboração do "Código Tributário", o Governo deve criar um sistema tributário bom e conveniente, devendo ainda generalizar os conhecimentos da sociedade sobre as políticas fiscais e sobre a responsabilidade no âmbito da declaração de impostos. Como é que o vai fazer?

3. Segundo o Governo, o ajustamento introduzido este ano no âmbito de devolução de imposto profissional é apenas uma medida de curto prazo devido à epidemia. No entanto, a epidemia ainda não acabou, está a ter enormes impactos na economia e no bem-estar da população e, segundo as previsões do Governo, vai continuar durante um período relativamente mais longo. Então, o Governo vai dar continuidade à medida em causa, ou transformá-la em medida regular? O Governo deve ajustar o limite de isenção do imposto profissional tendo em conta a inflação e a mediana salarial registadas nos últimos anos, e lançar mais medidas fiscais para apoiar a classe sanduíche e as famílias. Vai fazê-lo?

**A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,**

Wong Kit Cheng

3 de Julho de 2020